

Ana Maria de Moura Schäffer

Centro Universitário Adventista de  
São Paulo - campus Engenheiro Coelho

natifran2@gmail.com

Anhanguera Educacional Ltda.

Correspondência/Contato  
Alameda Maria Tereza, 2000  
Valinhos, São Paulo  
CEP 13.278-181  
rc.ipade@unianhanguera.edu.br

Coordenação  
Instituto de Pesquisas Aplicadas e  
Desenvolvimento Educacional - IPADE

Artigo Original  
Recebido em: 18/12/2010  
Avaliado em: 20/01/2011

Publicação: 6 de abril de 2011

## SOBRE TRADUÇÃO FEMINISTA (OU DE GÊNERO?) NO BRASIL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

***On feminist translation (or gender translation?) in Brazil: some considerations***

---

### RESUMO

O entrelaçamento entre gênero e tradução foi alvo de uma pesquisa baseada em *corpus* da qual este artigo é um recorte. Tomando por base os aportes teóricos da Análise do Discurso e da Desconstrução objetivou-se investigar a presença de tradução de gênero no contexto brasileiro, a partir de recortes discursivos de tradutoras brasileiras a algumas perguntas enviadas por e-mail para duas listas de tradução que circulam no Brasil. O pressuposto teórico fundamentou-se na prática já existente de uma tradução preocupada com o gênero no contexto da tradução bíblica e também no ambiente quebeco-canadense, local em que desde a década de 1970 a relação gênero/tradução vem sendo praticada, discutida e problematizada. Tentou-se identificar na materialidade linguística e nas formações inconscientes que irrompem dessa materialidade indícios da constituição do imaginário dessas tradutoras sobre o que seja tradução de gênero. As representações de tradução que emergiram da fala das tradutoras apontam, no geral, para os sentidos das lutas sociais vinculadas aos movimentos feministas. De modo específico, tais representações são imaginarizadas como expressão de criatividade e autoria, mesclando-se para instituir momentos de identificação aliados à singularidade das tradutoras. Assim, apreende-se que há vestígios de tradução de gênero no dizer sobre tradução, como também emergem desse dizer efeitos de sentido que apontam para uma constituição identitária das tradutoras já inseridas no contexto de um emprego de uma linguagem mais inclusiva de gênero nas traduções por elas praticadas, contribuindo para a construção da igualdade de gênero pela prática de tradução.

**Palavras-Chave:** tradução de gênero; movimento feminista; linguagem inclusiva; estudos de gênero.

---

### ABSTRACT

The interweaving of gender and translation was the goal of a *corpus*-based research from which this paper is part. Based on theoretical frameworks of Discourse Analysis and Deconstruction the research had the purpose to investigate the presence of gender translation in the Brazilian context in discursive events from female translators' answers to some questions sent by e-mail to two translator lists circulating in Brazil. The principal assumption was based on a gender translation practice in the biblical context and in Quebec-Canada context where since 1970's translation and gender has been discussed, practiced, and problematized. It was tried to identify clues about gender translation in these female translators' imaginary constitution through linguistic materiality and in unconscious formations emerging from such materiality. The representations of gender translation which emerged from the female translators' utterances pointed out by and large to the social struggle linked to feminist movements. Specifically, such representations were imaginarized as expression of creativity and authorship, interweaving for constituting identification moments which relate to female translators' singularity, i.e. circumstances of the utterances which cause the female translators to construct unprecedented, proper representations of what gender translation is. So it is understood that there are vestiges of gender translation in the Brazilian female translators' utterances, as well as the meaning effects which emerged from the utterances point to female translators' identity constitution who find themselves involved in a more inclusive use of language in their translations, contributing to the construction of gender equality through the translation practice.

**Keywords:** gender translation; feminist movement; inclusive language; gender studies.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo centra-se na temática que abrange a relação tradução e gênero, no dizer de tradutoras do Brasil sobre o assunto. O pressuposto que o sustenta fundamenta-se na prática já existente de uma tradução preocupada com o gênero no contexto da tradução bíblica e também no ambiente quebeco-canadense, local em que desde a década de 1970 a relação gênero/tradução vem sendo praticada, discutida e problematizada. Parte-se da hipótese de que há vestígios de tradução de gênero no dizer sobre/na prática tradutória de tradutoras brasileiras na atualidade, ainda que as evidências a respeito sejam poucas. A partir dessa hipótese, busca-se responder se há no Brasil uma preocupação com o gênero na prática de tradução de tradutoras brasileiras, tendo como objetivo geral colaborar para a historiografia e crítica de tradução no Brasil e suas diferentes manifestações na contemporaneidade, possibilitando espaços para mais pesquisas na área, especialmente quanto aos deslocamentos das relações estabelecidas entre gênero e tradução. De forma mais específica, tem-se o propósito de investigar se há presença de tradução de gênero no contexto brasileiro e como se posicionam tradutoras brasileiras quando questionadas sobre o assunto.

O *corpus* sobre o qual se embasou a pesquisa resultou dos dizeres oriundos de 21 tradutoras de obras clássicas e de domínio público, em várias áreas representadas e reconhecidas nacionalmente. Elas responderam a um questionário enviado por e-mail às listas de tradução Tradinfo<sup>1</sup> e Litterati<sup>2</sup>.

Diante disso, o que se apresenta aqui são considerações gerais que compõem um recorte de uma pesquisa de doutorado, realizada na área de tradução e ensino, no departamento de Estudos da Linguagem da Unicamp. Como pesquisadora, circunstancio o interesse em discutir e problematizar questões que o imbricamento gênero e prática tradutória levantam, visto que, como tradutora na área religiosa e professora em curso de tradução, acho-me constantemente nesse entremeio da tradução e do gênero. Os embates de ordem prática quanto a traduzir certos enunciados com palavras e pronomes empregados no masculino genérico não resultam em um transitar tranquilo entre gênero e tradução, gerando certa inquietação que me motivou a um percurso de pesquisa a partir de leituras de textos que abordam contextos em que a relação gênero e tradução não parecem tão estranhas, como a princípio se delinea no contexto brasileiro.

---

<sup>1</sup> E-mail do grupo: tradinfo@yahoogroups.com.

<sup>2</sup> E-mail do grupo: litterati@yahoogrupos.com.br.

Na minha prática, percebo que tenho empregado uma linguagem mais inclusiva<sup>3</sup>, embora conscientemente não tivesse me dado conta disso até bem pouco tempo. Tenho percebido que entre as tradutoras da área religiosa, contexto em que me insiro já há mais de 10 anos traduzindo para três editoras religiosas do Brasil, parece ser uma prática não tão incomum, apesar da ressalva de que adotam essa prática, mas não são “feministas”. A realidade é que algumas tradutoras com quem tenho conversado não se mostram confortáveis com o fato de virem a ser identificadas como “feministas”, seja pela postura adotada, seja por outras razões; seu dizer quanto ao assunto é permeado de certa resistência. Por outro lado, o sintagma “linguagem inclusiva” impulsionou a associação dessas tradutoras com a questão do feminismo, o que se explica, em parte, por outra relação possível de estabelecer, qual seja, aquela da perspectiva da mulher aliada à leitura bíblica, iniciada em meados do século XIX, já que foi a partir dessa leitura que a proposta de uma linguagem mais inclusiva de gênero surgiu.

Conforme Taborda (1990, p.328-29), em 1854 ocorreu, na Filadélfia, Estados Unidos, a “Primeira Convenção Americana para os Direitos da Mulher”, ocasião em que as participantes defenderam ter chegado a hora de as mulheres lerem e interpretarem a Bíblia por si mesmas. Nessa época, sob a liderança da americana Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), iniciou-se o trabalho de releitura e interpretação de passagens de textos bíblicos que citavam ou excluía as mulheres. O resultado dessa iniciativa foi a obra “The Woman’s Bible”, editada em 1889 e 1895, que segundo historiadores e teólogos (ROSADO NUNES, 2000, p.7-44) configura a “origem” do pensar teológico das mulheres. A iniciativa de Stanton no século XIX repercutiu no mercado mundial, influenciando a aceitação do princípio da linguagem inclusiva pelas instituições de tradução de muitas denominações judaico-cristãs<sup>4</sup>.

O trabalho de Stanton chegou ao Brasil e tem influenciado as práticas de tradução, mas tem causado também muita resistência na área religiosa. A tradução da segunda edição da Bíblia na Linguagem de Hoje (1988), que introduz uma forma amenizada de linguagem inclusiva evitando o emprego do gênero masculino como universal<sup>5</sup>, é prova disso, pois tem sido bombardeada por teólogos e religiosos brasileiros (JANZEN, 1998; ALMEIDA, 2000; LOPES, 2002). Por outro lado, tramitam no Senado brasileiro dois Projetos de Lei que defendem o emprego de uma linguagem inclusiva para

<sup>3</sup> *Inclusive Language*: conforme nomenclatura empregada por Flotow (1997) e Simon (1996). Nossa tradução (n. t.) [linguagem inclusiva de gênero].

<sup>4</sup> Ellingworth, P (1987) apresenta estatísticas que indicam haver uma diminuição gradual de expressões masculinistas nas traduções da bíblia. Enquanto a Versão Autorizada da Bíblia de 1611 traduziu 63% das ocorrências de *anthropos* como “homem” (em vez de ser humano, pessoa, etc.), a Bíblia na Linguagem de Hoje (ou Today’s English Version), de 1984, empregou a formulação “homem” em apenas 24% das ocorrências.

se evitar a discriminação de gênero em documentos e nomes de profissões. São iniciativas que indiciam, sob nossa ótica, certa preocupação com o gênero na linguagem:

- Projeto de Lei 306/05, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).<sup>6</sup>
- Projeto de Lei 4610/2001, de autoria da Deputada Federal Iara Bernardi.<sup>7</sup>

## 2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Entre os textos lidos para a fundamentação da parte histórica das relações entre gênero e tradução, cito, em especial, *Gender and the Metaphors of Translation*, de Chamberlain (1988 [1992]), por ser esse um dos ensaios mais influentes sobre a genderização da tradução, além da profunda investigação que a autora faz das “metáforas de tradução” no transcorrer da história. Os demais textos que embasam o estabelecimento da temática escolhida são *Fidelity and The Gendered Translation*, de R. Arrojo (1994); *Gender in Translation: Culture and Identity and the Politics of Transmission*, de Simon (1996); *Translation and Gender*, de Flotow (1997); e *Gender, Sex and Translation*, de Santaemilia (2005). Constatado com as leituras desse material textual, além de outros igualmente importantes na área, que as perspectivas para os estudos de gênero e tradução são múltiplas, justamente por ser o campo ainda bastante inexplorado.

Conforme indicado no resumo, ao embasar teoricamente a pesquisa, buscam-se diálogos com a análise do discurso, a desconstrução derridiana, os estudos de gênero e a tradução, de modo a vislumbrar esferas do saber diferenciadas e abrir tramas de uma tessitura, que, creio, precisa ser continuamente constituída. Todavia, assumo a minha provisoriamente, parcialidade e, a partir dos próprios paradigmas de referência que utilizo para essa pesquisa e sua análise, é preciso afirmar que o que aqui se apresenta é apenas um olhar dentre outros tantos possíveis. A estrutura teórica da análise do discurso interessa particularmente aos estudos da tradução porque traz para a reflexão o funcionamento da linguagem, as questões das relações sociais, bem como as relações de poder-saber, sob o viés discursivo, conforme proposta de Foucault em *Microfísica do Poder* (1979 [1998a]). Para Foucault e Deleuze (1998a, p.X): “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social, e, como tal, constituída historicamente”. Sob a perspectiva de Foucault, *saber e poder* se implicam

<sup>5</sup> Essa tradução procura a designação geral que abranja o homem e a mulher; por exemplo, em vez de dizer “irmãos”, masculino plural, para aludir a ambos os sexos, usam-se “irmãos e irmãs”.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.direito2.com.br/.../projeto-que-propoe-linguagem-inclusiva-recebe-parecer-favoravel>>. Acesso em: 13 jul. 2009, 22:00:00.

mutuamente, não havendo para o autor relação de poder sem constituição do saber; todo saber constitui, por sua vez, novas relações de poder:

Rigorosamente falando, o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social; não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (FOUCAULT; DELEUZE, 1998a, p.XIV).

A *linguagem* sob a ótica deste funcionamento relacional do poder deve ser analisada não só no seu sistema interno, mas como formação ideológica que se manifesta nesse mesmo contexto sócio-histórico. Ela incide conseqüentemente na formação dos sujeitos, e os constitui de forma poderosa. Pode-se, assim, dizer que é na linguagem que pistas são configuradas para a aproximação com o sujeito, a fim de analisar sua fala e observar características da sua formação. Para Foucault (1969 [1999, p.133]), o sujeito não constitui a consciência que fala, mas “uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes”. Visto dessa forma, é essa posição a partir da qual o sujeito fala que determina o seu dizer. O discurso é, pois, um “[...] campo de regularidades para diversas posições de subjetividade” e, ao mesmo tempo, um “espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (1969 [1999, p.62]). Com efeito, lugares são instâncias de subjetividade enunciativa que possuem duas faces: constituem o sujeito em sujeito de seu discurso, e, ao mesmo tempo, o sujeitam. Interpretamos, então, a partir de Foucault, que o discurso não é atravessado por um sujeito único, mas pela sua dispersão. E essa dispersão decorre da variedade de posições possíveis de serem ocupadas pelo sujeito no discurso, tal como “[...] as diversas modalidades de enunciação [que] em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão” (FOUCAULT, (1969 [1999, p.62]).

Tal dispersão coaduna-se ao dizer de Authier-Revuz (1990, p.28) no que se refere à sua concepção de descentramento do sujeito, apresentando-o como efeito de linguagem e, por conseqüência, dividido, clivado, cindido. Para ela, “o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua, que lhe serviria para traduzir em palavras um sentido do qual seria a fonte consciente”. “[...] no sujeito dividido não há centro fora da ilusão e do fantasmagórico – não há um centro de onde emanaria, em particular, o sentido da fala”. Sob tal perspectiva e embasada em Freud, Authier-Revuz defende que no sujeito e no seu discurso inscreve-se constitutivamente o Outro (do inconsciente). Ao fazer referência à configuração identitária do tradutor, também sob a ótica da psicanálise, Coracini (2007) remete à relação com o outro, como aquilo que possibilita a narrativa de si pelo sujeito, e que o torna capaz de se dizer como sujeito, e mesmo de forjar certo processo

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em: 13 jul. 2009, 22:00:00.

identificatório. Afinal, observa Coracini (2007, p.168): “o desejo do sujeito é ser o desejo do outro, é ser amado pelo outro, e, para isso, não mede esforços no sentido de ser como o outro deseja que ele seja”. Conforme Coracini, seria essa uma explicação para os modismos e para a aceitação irrefletida desta ou daquela maneira de se comportar e de se relacionar de indivíduos, em geral. Tal constatação leva Coracini a formular que:

A identidade se constrói no imaginário, nas identificações imaginárias, que podem ou não se transformar em simbólicas, constituindo o Outro do inconsciente, os valores que, sem saber, orientam o indivíduo, suas escolhas, seu rumo. Assim, a identidade e imagem (ou representação) estão sempre associadas a uma narrativa (2007, p.168).

Com base nas pesquisas de Coracini sobre a identidade do tradutor em “A Celebração do Outro” (2007), a constatação acima, quando contextualizada no campo da tradução, aponta para esse trabalho, já que as tradutoras da pesquisa parecem também construir sua identidade a partir de várias narrativas sobre si mesmas; a partir de valores que fundamentam e orientam seu modo de traduzir e seus dizeres sobre suas práticas tradutórias. Seria uma identidade imaginária que, com o tempo, ganhou estatuto de verdade, foi reforçada e se cristalizou no imaginário como representativa do grupo profissional ao qual pertencem.

Segundo Derrida (1973) e Coracini (2007), um texto vale pelas diferenças que veicula, porque tudo nele difere, temporaliza, é adiado, circunstâncias que se juntam em *différance*<sup>8</sup>, no interminável adiamento dos sentidos, levando as palavras a sempre remeterem a outras, de modo ininterrupto, significando também o adiamento infinito da presença e a diferença que não se anula dentro do signo que, dividido em si mesmo, leva consigo vestígios de outros signos (DERRIDA, 1994, p.34). O sentido de um texto está sempre adiado, nunca pode ser fixado e só a participação no jogo desconstrutivo pode mobilizar qualquer interpretação textual, porque, afinal, toda a linguagem é metafórica, ou seja, está sempre a denunciar aquilo que ela não é. Daí a importância de se discutir a concepção de representação defendida aqui: ela parte da concepção de formação imaginária<sup>9</sup>, de Pêcheux, dos pressupostos derridianos que desconstroem o entendimento de ausência/presença e da concepção de Coracini.

Para Derrida, a questão da representação se ancora na noção de suplemento como algo que está “em lugar de” e que exerce uma função de representação. No entanto, a ação de representar para Derrida é, ao mesmo tempo, uma ação de “acrescentar-se”,

<sup>8</sup> *Différance* é um neologismo derridiano em que o filósofo joga com a grafia da palavra francesa, alterando graficamente o segundo “e” de *différence* para “a”. Tal alteração não muda a identidade fônica das duas palavras na língua francesa, o que figura como apenas uma alteração gráfica. Sigo o conselho de Nascimento (2001: 89) para não traduzir este e outros termos derridianos: “A tradução destes termos (derridianos) será sempre problemática, alguns deles encontram palavras mais ou menos equivalentes em português, enquanto outros devem permanecer in-traduzidos. [...] Antes de tudo para evitar destruir o jogo textual de partida, que se reduziria a mera formulação conceitual”.

<sup>9</sup> Conforme Pêcheux (1969 [1997, p.83]), as formações imaginárias designam o lugar em que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do outro.

como a escritura faz em relação à fala. De acordo com a filosofia da presença derridiana, a representação não pode ser uma presentificação no sentido de uma repetição de algo presente anteriormente. Em Gramatologia, o autor explica:

A fala, sendo natural ou ao menos a expressão natural do pensamento, a forma de instituição ou de convenção mais natural para significar o pensamento, a escritura a ela se acrescenta, a ela se junta como uma imagem ou uma representação. Neste sentido, ela não é natural. Faz derivar na representação e na imaginação uma presença imediata do pensamento à fala. [...]. A escritura é perigosa desde que a representação quer nela se dar pela presença e o signo pela própria coisa (DERRIDA, 1999, p.177).

Já na perspectiva de Pêcheux (1969 [1997, p.83]), as representações relacionam-se aos sentidos construídos no interdiscurso. É o espaço de todos os dizeres já ditos, em outro tempo, em outro lugar. Por isso, são as representações projeções que resultam sempre de processos discursivos anteriores. Estas, segundo o autor, manifestam-se no processo discursivo, através da antecipação, *das relações de força e de sentido*. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. Em Coracini (2003, p.219), “toda representação se constrói a partir das experiências pessoais, mas não apenas: elas se constroem a partir das experiências dos outros, daqueles que nos cercam e que nos levam a crer nisto ou naquilo que nos dizem quem somos”. As representações são, portanto, imaginárias e com implicações a processos discursivos anteriores provenientes de outras condições de produção.

O imbricamento da identidade e da interpretação de si por parte do sujeito tradutor/a converge produtivamente para os interesses deste trabalho, visto que o foco são tradutoras e seu posicionamento frente à questão do que seja tradução, mais especificamente, a tradução de gênero. Essa imbricação proposta e articulada por Coracini em suas pesquisas é pertinente porque ela busca apreender questões fundamentais relacionadas ao sujeito e sua constituição identitária. As pesquisas da autora abrem espaço para o questionamento e a problematização da noção de identidade, que era entendida como estática e estável e passa a ser vista, no contexto teórico, complexo e heterogêneo em que estamos inseridos, como “instável e em constante mutação, apreendida apenas em momentos fugazes de identificação. A identidade não passa, portanto, da ilusão de um ego que se vê inteiro e coerente, mas que se constitui de fragmentos e contradições” (CORACINI, 2008, p.8).

### 3. SOBRE TRADUÇÃO DE GÊNERO NO BRASIL: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES

Inicialmente, trago em nota de rodapé as perguntas enviadas por e-mail para familiarizar o/a leitor/a das motivações que redundaram em representações sobre tradução de gênero

que, de certa forma, deslindam um imaginário sobre o assunto<sup>10</sup>. Tenho consciência de que as perguntas poderiam ter sido mais bem formuladas, pois como se apresentam podem ter direcionado e influenciado certas colocações. Por outro lado, elas também provocaram emergências de sentido que contribuíram grandemente para as reflexões.

A seguir, apresento representações que os gestos de interpretação me possibilitaram apreender. Estas pela sua recorrência sinalizam a constituição do imaginário das tradutoras, permitindo cruzar a opacidade dos seus dizeres para neles flagrar a formação discursiva em que se inscrevem. Tenho consciência de que tais representações desvelam o trabalho do inconsciente, a alteridade que atravessa os discursos e as não-coincidências do dizer, considerados intrínsecos, constitutivos da enunciação, e, como tais, por ela irrepresentáveis. Daí que o fio intradiscursivo será considerado a partir das reiteraões, contradições e negações que foram se construindo por recorrências de modos de dizer e de itens lexicais no funcionamento discursivo do *corpus*.

Observa-se, no geral, que os dizeres deslizaram da tradução de gênero para o feminismo e suas lutas e isto pode ter acontecido devido às próprias motivações das perguntas; há dois momentos no questionário que podem ter levado as participantes a deslizarem de um falar sobre tradução (quer de gênero quer não) para o feminismo. Esses momentos se presentificam na primeira e na segunda pergunta. Principalmente a segunda pergunta, por ter sido muito direta, não deixando alternativa para as participantes falarem de outra coisa a não ser dos movimentos feministas. Além disso, no intuito de circunstanciar o interesse da pesquisa sobre a tradução de gênero, no início faço menção a “gênero em tradução” e logo em seguida, à “tradução feminista”, o que entendo como um deslize que pode ter aberto precedente para que as participantes, ao responderem as perguntas, funcionassem na dicotomia “gênero/feminismo”.

O sintagma “tradução feminista”, logo na primeira pergunta, mobilizou no imaginário discursivo das interlocutoras enunciações relativas ao movimento feminista/do feminismo, indiciando forte resistência aos dois termos como rótulos, que, no imaginário de tradutoras brasileiras não têm sido bem aceitos, conforme apontam as pesquisas que embasam teoricamente a investigação. Constato que a colocação de “tradução feminista” logo no início da entrevista não foi a melhor opção; tampouco a opção pela pergunta seguinte: “*Você se diz feminista?*”. As razões que justificam tais

---

<sup>10</sup> (1) O propósito é estudar as questões de gênero em tradução, mais especificamente no que diz respeito à chamada tradução feminista. Em síntese, haveria uma teoria/prática de tradução feminista no Brasil? Como você se posiciona a respeito do assunto?; (2) Você se diz feminista? Explique; (3) Como você traduz (há preocupações com o gênero – esta



constatações pautam-se em resultados; quais sejam, que o termo “feminista” no sintagma “tradução feminista” interpelou ideologicamente a produção de sentidos nos sujeitos. Um já-dito irrompeu no intradiscorso, constituinte da memória discursiva. No caso, não foi o sintagma “tradução feminista” que funcionou aí, mas a sua imagem enunciativa que descentrou os sujeitos ao recalcarem um sentido do passado, estereotipado e com o qual não há identificação, devido aos efeitos de sentido negativos provocados pela estereotipia. Para elucidar o que acabo de dizer, trago do *corpus* alguns recortes discursivos (RDs)<sup>11</sup>:

RD1: O termo feminista e algumas idéias do movimento me incomodam. Na minha interpretação, a palavra feminista carrega a conotação de ‘transformar tudo’ em feminino, ou de conquistar o mundo para as mulheres – todo ele, como se nenhum espaço pudesse pertencer ao homem. E algumas vezes o movimento parece caminhar exatamente nessa direção. (T21)

RD2: Para mim, o termo “feminista” remete à questão político social da mulher. É como se ser “feminista” signifique levantar a bandeira em defesa de tudo o que se possa chamar de “feminino”. Num mundo ou numa sociedade onde as “diferenças” são cada dia mais discutidas e, de certa forma “niveladas” [...], acredito que não faz mais sentido o uso do termo “tradução feminista”.(T15)

É possível perceber que, de fato, o termo “feminista” na pergunta primeira provocou resistência, provavelmente devido ao feminismo radical das décadas de 1960 e 70, tanto no Canadá quanto nos Estados Unidos, conforme enunciam o RD1 e o RD2. O passado se mescla com o presente na memória narrada para dar conta de justificar uma posição: – “O termo feminista e algumas idéias do movimento me incomodam. Na minha interpretação, a palavra feminista carrega a conotação de ‘transformar tudo’ em feminino” –. Aqui, a interlocutora precisa se amparar, antes de qualquer dizer, na história do passado, para poder enunciar sobre sua posição-sujeito em relação à tradução de gênero. Chama-nos a atenção o deslizamento presente no RD2, em que a participante resiste à primeira questão posta pelo questionário e deriva para outro dizer: – “Para mim, o termo “feminista” remete à questão político social da mulher”; “é como se ser “feminista” signifique (*sic*) levantar a bandeira de tudo o que se possa chamar de “feminino” –. O que mobilizou a interlocutora não foi o sintagma “tradução feminista”, mas, como ela mesma sinaliza, foi o termo “feminista”, cujas aspas podem indiciar a distância que a participante deseja manter do seu dito; isto é, sem se responsabilizar por esse dizer, pois as aspas em sua função de apontar para uma alteridade dentro de um dado ambiente discursivo, como explica Authier-Revuz (1990), indicam uma expressão pela qual quem enuncia nem sempre quer se responsabilizar. No dizer, o sujeito marca a remissão ao movimento feminista, a partir da memória discursiva, o que pode tê-lo levado a se afastar para não ser confundido com as feministas filiadas a um tipo de

segunda parte só foi enviada para quem solicitou esclarecimento extra?); (4) Você conhece casos interessantes a respeito de gênero em tradução?; (5) Você teria mais a dizer sobre essa questão?.

<sup>11</sup> Para Orlandi (1996, p.139), “(...) o recorte é uma unidade discursiva; fragmento correlacionado de linguagem e situação”.

feminismo do qual discorda. O efeito de familiaridade entre a pergunta: “Você se diz feminista” e a referência ao movimento feminista produzida pelos sujeitos aponta também para a heterogeneidade constitutiva que atravessa o dizer e faz irromper outros discursos para circunstanciar o posicionamento sobre ser ou não feminista.

Já no próximo recorte (RD3), percebemos o reforço do imaginário negativo referente ao “feminismo radical” que sedimentou o estereótipo e do qual a interlocutora tem consciência:

RD3: São os rótulos de feminismo que trazem problemas. Há muita resistência quanto ao rótulo feminismo (que assumiu uma conotação pejorativa) e isso por conta dos ranços oriundos do radicalismo feminista das décadas de 60 e 70 tanto no Canadá quanto nos Estados Unidos. No Brasil, por exemplo o movimento não encontrou respaldo – Betty Friedan quando aqui esteve foi vaiada, criticada, talvez porque levantasse aquela bandeira da queima de soutiens em praça pública, bandeira essa que as brasileiras nunca quiseram levantar (T7).

Este recorte de T7 reveste-se de importância especial por não apenas circunstanciar o movimento feminista radical e igualitário, mas por trazer justificativas que apontam para a forte resistência que foi possível identificar no decorrer da pesquisa quando o assunto traz o termo “feminismo”. O dizer da tradutora e pesquisadora remontou a Betty Friedan, a feminista americana, responsável pelo feminismo das sufragistas, que tirou o sutiã em praça pública e escandalizou, principalmente, as mulheres, provocando até hoje, seu nome e seu despudor, reações iradas por grande parte das brasileiras, conforme pesquisa de Pinto (2003, p.16). Suas idéias libertárias, por outro lado, têm levado à emancipação feminina e à conquista de maior participação no mercado de trabalho. Destaco também, a partir do dizer de T7, que em outro momento de sua fala, a tradutora deixa escapar na materialidade linguística traços de identificação com a tradução de gênero, ao marcar no fio do discurso a existência de “algo diferenciado” na escrita/tradução feminina. Repare-se no RD abaixo:

RD4: Na escrita/tradução feminina existe algo diferenciado, que não diria serem marcas essenciais, mas uma certa sensibilidade que de alguma forma aflora no texto. Não necessariamente com marcas, mas o fato é que a questão da mulher aflora de forma diferente. (T7)

Interessante se observar no RD4 o deslizamento de T7 para o aspecto das possíveis diferenças entre uma escrita feminina e uma masculina, embora não fosse este o foco da pesquisa. Isso remete à “ginocrítica” de Showalter (1986). Discordo dessa sugestão, pois se se parte de binômios como *homem/mulher*, *feminino/masculino* ou se alega a existência de um processo de *feminização da escrita*, corre-se o risco de se cair numa segregação ainda maior do conceito de gênero, caso se admita que determinadas marcas discursivas, certas temáticas pertencem apenas ao domínio da mulher ou do homem. Seria enclausurar as representações simbólico-textuais num espaço restrito e limitado,

indo na direção contrária de uma compreensão de gênero como um fluxo, uma construção que se dá na relação com o outro.

Quanto ao emprego de “tradução de gênero” na primeira pergunta o pressuposto inicial era que “tradução de gênero” e “tradução feminista” fossem a mesma coisa, daí que as empreguei de maneira paralela, quase que usando uma pela outra. Entretanto, na medida em que fui recebendo as respostas das tradutoras, dei-me conta de que o sintagma “tradução de gênero” não foi mencionado nas respostas, mas foi o termo “gênero” que emergiu no dizer como variável binária (homem x mulher), enfocando a diferença sexual como determinante na forma como homens e mulheres se comunicam. Atesta-se isso nos recortes, a seguir:

RD5: A colocação “gênero” é um decalque do inglês. Aqui, diríamos “sexo”. É assim que são preparados os formulários em português: Sexo: M F [...]. Lamento que a palavra “gênero” tenha entrado no português desta forma e mudado sua acepção anterior tudo por influência do inglês. (T17)

RD6: Sempre me preocupo com questões de gênero. Usar “ele” e outras formas masculinas quando se quer referir à população em geral, composta de mais mulheres do que homens, é um total descaso. (T16)

Entendo que nesses dizeres a questão do gênero prendeu-se ao gênero gramatical (ele/ela) indiciando sinônimo de sexo ou mesmo de mulher e homem. Nesse caso, os conflitos e as relações que se estabelecem entre homens e mulheres sob a lógica da construção social e do poder desigualmente distribuído foram obscurecidos, uma vez que o termo parece ter emergido num sentido despolitizado. De modo geral, os sujeitos da pesquisa, ao assumirem posições em relação à primeira pergunta do questionário, quer seja, — se haveria no Brasil uma teoria de tradução feminista —, diante do próprio sintagma “tradução feminista”, já se sentiram, de certa forma, receosas e hesitantes. Foi inevitável a relação com o movimento feminista que identifiquei como a negação inicial ao que seja tradução feminista, além do posicionamento contraditório em relação à primeira e à terceira perguntas. Pois, ao falarem sobre como traduzem (terceira questão: como você traduz), sobre suas práticas como professoras e tradutoras, indicaram estar familiarizadas com o assunto.

Pelos meandros do dizer e pela própria porosidade da língua que não se deixa fechar, negam filiação a qualquer coisa relacionada ao feminismo, não reconhecendo sua inscrição no movimento, pela forte resistência e pelos estereótipos cristalizados a partir dele. É na materialidade linguística de — “eu não sei o que é isso”; — “não faço a mínima idéia...”; — “desconheço” —, no início de grande parte da primeira questão, que encontro respaldo para o que aqui enuncio. Por outro lado, embora não se inscrevam no feminismo, acham-se as tradutoras afetadas pela formação discursiva que as sustenta, na medida em que trazem à tona referentes lexicais próprios do discurso feminista e nele sedimentados.

Exemplos: *luta, direitos, igualdade, submissão, tutela masculina, emancipação, voto, respeito*, etc.

Eis os próximos recortes:

RD7: Nunca me engajei em movimentos feministas, embora sempre, desde a adolescência, tenha defendido posições feministas, em termos de igualdade de oportunidades e de abolição da tutela masculina sobre a mulher (T4)

RD8: Embora não tenha leitura suficiente sobre o assunto para me posicionar de maneira mais crítica e reflexiva, vejo a tradução feminista como um modo de as mulheres serem ouvidas e vistas, e de lutarem contra o sistema patriarcal ainda vigente. [...] (T13).

RD9: Penso que tradução feminista diga respeito à espaço (sic). É uma maneira de propiciar mais publicação ao público (escritor e leitor) feminino. Ganhar espaço de publicação e, portanto, visibilidade.. Dizem as feministas e algumas apenas escritoras (sem, necessariamente, o “feminista” incutido em suas realidades, que é preciso deixarmos de ser silenciadas, para além de silenciosas...Precisamos deixar de ser objetos (do discurso) para ocuparmos o espaço de sujeitos, donas de nossos próprios discursos...e isso vem, sim, quantitativamente...Quantas mulheres há em antologias de poemas brasileiros contemporâneos ou poemas ingleses de nossos dias (para não falar no passado!). Traduzir mulheres significa compactuar de um mercado em expansão, um nicho que precisa ganhar mais visibilidade. (T19)

Nos recortes, o sentido de luta constrói o imaginário sobre tradução de gênero, em primeiro lugar, por meio do léxico que é mobilizado. Note-se a recorrência de verbos que apontam para esse campo semântico da luta, como *lutar* e *defender* (RD7 e RD8). O próprio verbo *compactuar* (RD9), que Ferreira (2004) classifica como pejorativo, ressoa o caráter de luta desigual e injusta, uma arena. Principalmente, considerando-se os sentidos atrelados ao vocábulo “mercado”, implica que, para a participação efetiva da mulher, é preciso agir em convivência com o homem, ceder alguma coisa para que a participação, de fato, aconteça. Isso remete a Coracini (2007, p.91) que lembra que para a mulher penetrar no mundo dos negócios, representado em RD9 por “mercado em expansão”, muitas delas tiveram que ceder, consentir com certa masculinização; quer dizer, precisaram se “igualar”, para “compactuar” (RD9). Nesse sentido, pode-se concordar com Coracini quando ela sugere haver um “assujeitamento da mulher”, em vez de “dominação masculina” (CORACINI, 2007, p.92), visto que a mulher precisa seguir um modelo pré-determinado para poder participar do espaço público. O que emerge nos enunciados é que a história das mulheres ainda continua separada da dos homens, pois se a mulher precisa lutar contra um sistema é porque se acha presa a ele; se a participação no mercado precisa ser ampliada, é porque o espaço ainda é limitado.

Também em RD9, os modais deônticos são significativos, pois funcionam como um indício da importância que o enunciador atribui àquilo que está sendo enunciado e que, neste caso, adquirem o tom de uma exortação, isto é, de convencimento, de encorajamento à luta: – “é preciso deixarmos de ser silenciadas, precisamos deixar de ser objetos” –. Tanto RD9, quanto os demais recortes selecionados silenciam o *feminismo radical*, dando lugar a um *feminismo da diferença*, o que é indiciado na materialidade linguística de RD7 como “abolição da tutela masculina sobre a mulher”; em RD8, como

“luta contra o sistema patriarcal ainda vigente”. O diálogo com o feminismo que tinha como meta inverter os valores e chocar e que, pode ter sido o responsável pela recusa, pela resistência das participantes em serem chamadas de “feministas” não parece encontrar eco nesses dizeres.

Importante trazer ainda que o sujeito do RD9, embora manifeste desconhecimento do que seja tradução de gênero, admite no seu “não-saber” uma representação de tradução enquanto uma luta para “tornar o feminino visível na linguagem”. Tal representação indicia uma posição-sujeito que se identifica com a tradução de gênero, pois o dizer de T13 emerge de redes de filiação e inscrição histórica que pressupõem um saber sobre o que seja tradução de gênero. Esse saber, ao se instalar no fio discursivo, por outro lado, (d)enuncia o silenciamento e a invisibilidade das mulheres no contexto patriarcal “*ainda vigente*”. Sobre o advérbio de relatividade “ainda”, este anuncia, em um movimento interdiscursivo, a existência de discursos cujas posições enunciativas apontam para uma falta, um atraso, além de prenunciar a possibilidade de a situação “*vigente*” sofrer deslocamento e se modificar. Ou seja, pressupõe que a situação já deveria ter mudado, mas essa expectativa, por enquanto, se vê frustrada (CORACINI, 1991, p.127). Além disso, a “abolição da tutela masculina sobre a mulher” (RD7) representa a luta por autonomia e emancipação social da mulher, que, em alguns contextos, não depende nem econômica nem emocionalmente do homem, até por conta da nova configuração da família anunciada por Castells (2006), cujas pesquisas apontam para o encolhimento da família patriarcal, na qual as mulheres cada vez mais são chefes de família e assumem o papel de mãe e pai.

Outro sentido recorrente no RD9 é construído a partir da reiteração de sintagmas associados à visibilidade, apontando mais uma direção na qual a luta social é defendida. Por meio do movimento que se constroi no dizer das participantes, duas posições opostas são construídas para as mulheres: da posição da invisibilidade, do silêncio, da submissão, do objeto, da desigualdade, do vazio, do ocultamento e marginalização para a posição de estar visível, de dizer e ser ouvida, daquela que passa a ter espaço próprio, voz própria e igualdade de direitos e de oportunidades. Retomemos, a propósito, parte do dizer de T13 (RD9): – “vejo a tradução feminista como um modo de as mulheres serem ouvidas e vistas, e de lutarem contra o sistema patriarcal ainda vigente” –. Nessa fala, é possível vislumbrar a tradução de gênero como uma prática que opera contra a invisibilidade da mulher tradutora, possibilitando a existência do Outro<sup>12</sup> com criatividade e ousadia. Irrrompe no dizer a possibilidade de, por meio da tradução, a voz da mulher se fazer

ouvir, enquanto prática da *différance* que rompe com o discurso hegemônico e atravessa o texto, não está fora dele, e é a partir dessa *différance* que a voz da mulher e da tradutora pode ser ouvida. Ainda nesse dizer de T19 (RD9): – “Penso que tradução feminista diga respeito à espaço (sic). É uma maneira de propiciar mais publicação ao público (escritor e leitor) feminino. Ganhar espaço de publicação e, portanto, visibilidade [...] é preciso deixarmos de ser silenciadas, para além de silenciosas...Precisamos deixar de ser objetos (do discurso) para ocuparmos o espaço de sujeitos, donas de nossos próprios discursos” – reverberam sentidos que autorizam a palavra a quem não tinha “espaço” (poder) para se dizer. Por meio da escrita tradutória, dá-se o encontro com o Outro emudecido, violentado pela marginalidade subversiva que lhe negou a palavra. Uma representação de tradução de gênero como possibilidade de denunciar o apagamento da mulher, dando-lhe voz, também pode ser observada no relato de T11 (RD10):

RD10: Acho importantíssimo explorar a questão da tradução a partir da perspectiva feminista – sempre quando se examina uma episteme a partir de um determinado lugar de enunciação (seja este o lugar no feminismo, ou na raça, ou na etnia, etc.), podemos observar diferentes aspectos da mesma (ou seja, o que os discursos escondem e revelam). Por exemplo, narrar a história a partir da perspectiva feminista nos revela uma outra história que a história oficial apaga. (T11)

Entende-se, inicialmente, a narrativa de T11 como uma denúncia contra a “história oficial”, que invisibilizou não só as mulheres como também as pessoas das classes pobres e de diferentes etnias. Nas raras ocasiões em que a história as mencionou foram sempre como coadjuvantes, em papéis considerados de segunda categoria. A tradução, sob o olhar de T11, seria uma ferramenta de luta para tornar público os apagamentos perpetrados por tal história, dirigida e contada pela voz patriarcal que sempre se manifestou em uníssono e buscou ocultar as vozes dissonantes; é o silêncio da mulher que se rompe pela possibilidade da tradução de gênero. É interessante considerar que o silêncio começa a ser traduzido em visibilidade e voz pela mobilização da própria tradução. Daí a importância atribuída por T11 à tradução sob a perspectiva da mulher: – “Acho importantíssimo explorar a questão da tradução a partir da perspectiva feminista...”. A realidade do silenciamento feminino é comprovada pela crítica feminista surgida por volta de 1970, no contexto do feminismo, conforme Hollanda (1994).

O RD9 (T19) se entrelaça ao RD10 (T11), ao promover a emergência de “espaços de publicação”, remetendo a Cixous (1980, p.245-248), para quem a escrita (representada nos segmentos como o desejo por “espaço de publicação”) é o meio pelo qual a mulher tem a possibilidade de se apropriar do que lhe foi tirado, a saber, sua história e, com ela, seu corpo. Ainda segundo a autora, é por meio da escrita (no espaço deste trabalho,

<sup>12</sup> “A noção de Outro remete ao Inconsciente, e a de outro aos diferentes enunciadores, construídos imaginariamente” (STÜBE NETO, 2008, p.99).

escrita tradutora) que se rompe o silêncio e que se vai além da marginalização e da repressão; é a libertação pela tomada da palavra que emerge no dizer. Em Cixous, portanto, as armas com as quais é possível desconstruir os valores falocêntricos e alcançar a emancipação e a libertação são o corpo da mulher e sua escrita. A escrita, na medida em que se permite entregar-se ao livre jogo do significante, torna-se aberta ao reconhecimento da *différance* não-falável da mulher, emudecida sob a superfície do discurso masculino. No entremeio dessas posições, abre-se uma possibilidade de um rompimento simbólico da figura legitimada de mulher e do discurso construído sobre ela, nos espaços de poder; essa ruptura se anuncia tanto na escritura como no âmbito político: ganhar espaços de publicação, tomar posse da palavra enquanto donas do dizer, ocupar espaços de sujeitos, ampliar espaços de publicação para o público (escritor e leitor) feminino, defender posições feministas, dentre outras.

Dito de outra forma, tanto o RD8, RD9 e o RD10 indiciam representações de tradução enquanto luta pelo dizer: — “vejo a tradução feminista como um modo de as mulheres serem ouvidas e vistas”; “é preciso deixarmos de ser silenciadas, para além de silenciosas”; “narrar a história a partir da perspectiva feminista nos revela uma outra história que a história oficial apaga” —, cujos sentidos denunciam ora o emudecimento da mulher no espaço público, ora o vazio e a ausência dela “em antologias de poemas brasileiros contemporâneos ou poemas ingleses de nossos dias”. É o direito de significar por meio da voz que ganha visibilidade nesses recortes; é a voz que se eleva na tomada de posição da mulher, em um espaço até então interdito e ignorado. Assim, tal conquista de manifestação da voz “vem, sim, quantitativamente”, no sentido de que quanto mais a mulher se pronunciar por meio da tradução, dos textos, da voz, ou em casa, pela fala, mais visibilidade e espaços serão cavados, sendo o mercadológico apenas mais um jeito de ser ouvida, de transitar sem impedimentos entre as fronteiras pública e privada, inserindo-se, com isso, na ordem do discurso vigente. Isso nos encaminha a Foucault (1998, p.37), que adverte, por outro lado, que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências”; o que é também corroborado por Perrot (1998, p.91), ao enfatizar que a inserção da mulher na ordem do discurso, ou seja, no espaço público, encontraria limites muito claros e de difícil superação. Advém daí o fato de a voz feminina, com seu discurso prenhe de subversão, passar a ser alvo de normatização. Para a historiadora, o discurso feminino sempre teve que se submeter a determinadas regras de funcionamento, assim como a sua circulação no espaço público continua ainda monitorada e reduzida.

Esse gesto de apropriar-se da voz, principalmente nos RD9/RD10, e representado na materialidade linguística de: — “vejo a tradução como um modo de as

mulheres serem ouvidas”; “é preciso deixarmos de ser silenciadas”; “ocuparmos posições [...] donas dos próprios discursos” –, implica, necessariamente, um momento de decisão que acontece, ou seja, que tem lugar em toda indecidibilidade, mas é uma decisão que chama as mulheres à responsabilidade, pois, conforme Derrida (1991b), a indecidibilidade não pode nos aliviar da responsabilidade. Nesses dizeres, vejo a possibilidade de deslocamento da resistência que marca a relação com o gênero, nesta pesquisa, pois se podem entrever possibilidades de afastamento do binômio masculino/feminino, por meio da inserção do direito de significar através da voz, da tradução, enfim da escritura e da presença ativa da mulher em todas as esferas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os RDs que foram foco da análise deste artigo, trazem rastros do hibridismo, da pluralidade que habita a relação linguagem/tradução na constituição das tradutoras e, conseqüentemente, da memória e da história delas. As interlocutoras ocupam diferentes posições discursivas que oscilam como um movimento dançante, representando essa mobilidade a própria natureza da tradução, em todas as suas nuances. Entretanto, acredito que a coreografia que se encenou a partir do dizer sobre tradução de gênero provocou deslocamentos e mudanças nas imagens de tradução que habitam as profissionais da área, fazendo emergir as diferenças e o múltiplo na experiência tradutória, embora tenhamos consciência de que a multiplicidade nem sempre é abraçada, sendo muitas vezes camuflada e silenciada.

Os recortes selecionados apontam representações que desvelam que os sentimentos em torno do imaginário de tradução de gênero são conflituosos, marcando um sujeito heterogêneo, tanto que muitas vezes são descritos com dificuldade: as palavras parecem faltar ou muitas explicações são necessárias para traduzir essa relação com as línguas: há uma mistura de resistência, negação e contradição que permeia o dizer das interlocutoras, que denuncia a equivocidade e a heterogeneidade constitutiva da linguagem. Além disso, os embates e resistências percebidos no dizer sobre tradução de gênero resultam da resistência ao que a própria história da tradução tem nos contado; ou seja, uma história que não foi contada pela mulher (**herstory**, mas **history**<sup>13</sup>), sendo aquela silenciada, apagada, levando a produção intelectual feminina (suas traduções – a única atividade que lhes era permitido exercer, por ser considerada de menor valor) ao completo anonimato.

---

<sup>13</sup> Segundo Krista Schutte (2007, p.5), o neologismo “herstory” no lugar de “history” serve para subverter a ordem patriarcal dominante, conforme o ponto de vista das tradutoras feministas quebeco-canadenses.



Mesmo havendo uma desestruturação horizontal no dizer, quer seja, no intradiscorso dos sujeitos participantes da pesquisa, permanecem vestígios da existência de saberes outros do interdiscorso no dizer das tradutoras sobre o que seja tradução de gênero. Dessa forma, constata-se que, apesar de contraditórias e evasivas, as formulações dos sujeitos estão vinculadas, de modo geral, ao discurso feminista, e é nessa formação discursiva que elas inscrevem seu discurso, embora o neguem. Ao se proceder à análise na verticalidade das respostas, isto é, à comparação dos dizeres de uma mesma interlocutora quanto às cinco perguntas, observa-se que, no Brasil, o sintagma “tradução feminista” não parece ser, de forma alguma, a mesma coisa que “tradução de gênero”. Os efeitos de sentido provocados por “gênero”, quando relacionado à tradução, são efeitos que se filiam à memória discursiva histórica e se relacionam a “gender” e aos direcionamentos que o termo assumiu na América do Norte, na língua inglesa. Em contrapartida, a resistência que caracteriza os posicionamentos dos sujeitos em relação ao gênero também encontra justificativa no fato de que, no Brasil, o termo “gênero” ainda está muito atrelado ao binômio feminino/masculino, remetendo a sexo biológico, além de remeter a outras culturas e realidades. Os sentidos de *tradução feminista* (de gênero) são constituídos, nesse imaginário, em comparação aos objetivos do movimento feminista que foram os responsáveis pela sedimentação de rótulos, estereótipos e preconceitos. Os sujeitos parecem imaginarizar e construir seus discursos a partir das redes de filiação e inscrição histórica do movimento gerador desses estereótipos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Pedro Monteiro de. **Bíblia na Linguagem de Hoje**: Versão, Traição ou Tapeação? Disponível em: <<http://www.baptistlink.com/creationists/blh.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2008.
- ARROJO, Rosemary. Fidelity and the Gendered Translation. **TTR** (Traduction, Terminologie, Redaction), v.7, n.2, p. 147-164, 1994.
- \_\_\_\_\_. Feminist “Orgasmic” Theories of Translation and their Contradictions. **TradTerm**, 2, 1995, p. 67-75.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 19 (jul/dez), 1990, p. 25-42. Trad. Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi.
- CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, Vol. II. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 169-285.
- CHAMBERLAIN, Lori (1988). Gender and the Metaphorics of Translation. **Signs** 13, 1992, p. 454-472; reimpresso em Lawrence Venuti (Ed) **Rethinking Translation. Discourse, Subjectivity, Ideology**. London & New York: Routledge, 1992, p. 57-74.
- CIXOUS, Hélène. “The laugh of the Medusa”. In: MARKS, Elaine; COURTIVRON, Isabelle de. **New French feminism**. New York: Schocken, 1980, p. 245-264.
- CORACINI, Maria José Faria Rodrigues. **Um fazer persuasivo**: O discurso subjetivo da ciência. Campinas: Pontes, 1991.

- \_\_\_\_\_. **A Celebração do Outro** – arquivo, memória e identidade. São Paulo: Mercado de Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. A constituição identitária do tradutor: a questão da (auto-) censura. **Tradução & Comunicação**: Revista Brasileira de Tradutores, n.17, p. 7-20, 2008. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/view/143/142>>.
- CORACINI, Maria José Faria Rodrigues; BERTOLDO, E.S. (Orgs.). **O Desejo da Teoria e a Contingência da Prática**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. (Trad. M. Schnaiderman e R. J. Ribeiro). São Paulo: Perspectiva, 1973.
- \_\_\_\_\_. Em direção a uma ética da discussão. In: **Limited Inc**, tradução para o português de Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1991, p. 111-120.
- \_\_\_\_\_. **A voz e o fenômeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- \_\_\_\_\_. **No escribo sin luz artificial**. Valladolid: Cuatro Ediciones, 1999.
- ELLINGWORTH, Paul. Translating the Bible Inclusively. **Meta**, v. 32, n.1, p. 46-53, 1987.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. São Paulo: Positivo, Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua, 2004.
- FLOTOW, Luise von. **Translation and Gender**: Translating in the “Era of Feminism. Translation Theories Explained”. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.
- FOUCAULT, M. (1979). **Microfísica do Poder**. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- \_\_\_\_\_. (1970). **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998a.
- \_\_\_\_\_. (1969). **Arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- FOUCAULT, M.; DELEUZE, Gilles (1979). Os intelectuais e o poder – Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 69-78.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses** – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.
- JANZEN, Waldemar. **BLH contra a Divindade de Cristo**. Disponível em: <<http://solascriptura-tt.org/Bibliologia-Traducoes>>. Acesso em: jul. 2009.
- LAGES, Susana Kampff. A Unicamp e a tradição na tradução (Especial para o Jornal da Unicamp). **Jornal da Unicamp**, Edição 237 – de 10 a 16 de novembro de 2003.
- LOPES, Augustus Nicodemus. **Pastoras, presbíteras e diaconisas**: uma perspectiva bíblica. Disponível em: <<http://www.miamiinternationalseminary.com/spanish/file>>. Acesso em: jul. 2009.
- NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a literatura**: notas de literatura e filosofia nos textos da desconstrução. Niterói: EduFF, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso. Tradução: Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-151.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003.
- ROSADO NUNES, Maria José F. “De mulheres e de deuses”. In: GÓMEZ, Josefa Buendia (Org.). **Palavras de mulheres**: juntando os fios da teologia feminista. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2000, p. 7-44. (Coleção Cadernos n. 4).

- SANTAEMILIA, José. **Gender, sex and translation: the manipulation of identities**. Manchester, UK: St. Jerome Publishing, 2005.
- SCHUTTE, Krista. **Translating Puns in Feminist Writing**. MA Thesis English Language and Culture. Utrecht: Utrecht University, 2007.
- SHOWALTER, Elaine. **New Feminist Criticism: Essays on Women, Literature and Theory**., Londres: Virago, 1986.
- SIMON, Sherry. **Gender in Translation**. Culture and Identity and the Politics of Transmission. London & New York: Routledge, 1996.
- STANTON, Elizabeth Cady (1895). **The woman's Bible**. Biblioteca do Congresso dos E.U.A., 1999.
- STÜBE NETTO, Ângela Derlise. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração**. 2008. 243 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- TABORDA, Francisco. Feminismo e Teologia Feminista no Primeiro Mundo. Breve panorâmica para uma primeira informação. **Perspectiva Teológica**, Ano XXII, n. 58, p. 311-337, set./out. 1990.

---

*Ana Maria de Moura Schäffer*

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e Especialização em tradução pela USP. Professora titular em regime integral do Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus de Engenheiro Coelho. Tem experiência na área de Letras, com ênfase no processo de ensino/aprendizagem de línguas e em tradução. É tradutora nas áreas de religião e filosofia.